



CPI constata inoperância do Conselho Fiscal da Casan

(fotos Jonas Lemos Campos)

Com a tomada de seis depoimentos na tarde do dia 26, segunda-feira – dos nove previstos pela assessoria técnica –, a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investiga a origem do passivo trabalhista da Casan, presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), concluiu que, a exemplo de outros setores da empresa, o Conselho Fiscal é inoperante, além de ter em seu corpo funcional pessoas que não atendem às condições impostas pela Lei das S/A e pelo estatuto da Companhia.

As primeiras testemunhas a depor perante os membros da CPI foram ex e atuais membros do Conselho Fiscal – Djalma Jansen, Arnaldo Ferreira Santos Júnior, Milton Cesar Pires e Walter Alves. A condição de Santos Júnior, conforme avaliou Dionei, comprova a conclusão. Ele tem apenas o segundo grau completo, enquanto que a norma

exige o curso superior completo ou o exercício comprovado por três anos como administrador da empresa ou integrante do Conselho. “Verificamos também que, na maioria dos casos, os conselheiros são indicados politicamente e apenas assinam o relatório final, não participando das reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva”, revelou o parlamentar.

Também depuseram os auditores Alfredo Hirata e Vilson Miguel Garcia, da Martinelli Auditores Independentes S/C, e Valério Matos, da Auditores Independentes. De acordo com o presidente da CPI, os depoimentos dessas testemunhas muito pouco colaboraram para o objeto da investigação.

Por solicitação do deputado Celestino Secco (PP), a CPI vai convocar o presidente da Casan, Walmor de Lucca, para dar explicações sobre o anúncio de demissões na empresa. (CA)

Página 4



Servidores da estatal lotaram as galerias. Ao lado, Paladini e Morastoni, com a proposta de reestruturação



A Comissão de Educação da Alesc pretende ouvir o secretário estadual da Educação e Inovação, Jacó Anderle, no dia 5, com o objetivo de esclarecer a situação salarial dos professores admitidos em caráter temporário.

CPI da Udesc é prorrogada por mais 120 dias



(foto Carlos Kilian)

O plenário aprovou, na sessão do dia 27, requerimento do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Udesc, deputado Paulo Eccel (PT), prorrogando os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, até o mês de agosto. Conforme o parlamentar, a situação específica que motivou este ato foi a negativa de um organismo ligado à universidade de fornecer documentos. Isto provocou a decisão dos integrantes da CPI de promover uma ação na Justiça, através de Vara Criminal, solicitando a quebra do sigilo fiscal e bancário do órgão.

Também nesta semana a CPI ganhou novo relator. Com a saída do deputado Dado Cherem (PSDB), na quinta-feira (29), para ocupar o cargo de secretário estadual da Saúde, a deputada Simone Schramm (PMDB), que anteriormente atuava como relatora-adjunta, passa à titularidade.

Na semana que vem, a CPI ouve os professores que atuam no Ensino a Distância em outros estados, Sérgio Ferreira, César Jungblut e Ana Lúcia Feijó. No último dia 26, a Comissão (foto) ouviu três testemunhas sobre fraudes nos concursos públicos. (RV)

Página 4

O descontrole nas contas públicas

Quase diariamente, através da imprensa, o governador pede maior rigor nas contas públicas. Tem razão, o governador. É preciso controlar melhor. Em 2003, o Executivo gastou mais do que arrecadou, desequilibrando o Orçamento do Estado. O descontrole do Executivo obrigou o contingenciamento, atingindo assim todos os Poderes. Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas, têm de reavaliar prioridades, rever contratos, reduzir compras e, lamentavelmente, adiar investimentos. O Ministério Público só não cortou as viagens dos promotores para não prejudicar o serviço. Quando o Executivo precisa equilibrar suas contas, todos têm de apertar o cinto. Inexoravelmente.

Para 2004 não repetir 2003, para reverter a situação, o governo apresentou um pacote de economia. Anunciou cortes nas despesas com água, luz, telefone e aluguéis, uma auditoria permanente na folha e, principalmente, promover redução das diárias. No ano passado, foram gastos 27% a mais do que em 2002 com diárias para o pessoal civil e 41% para o pessoal militar. Economizar era necessário e oportuno. O Executivo editou decreto limitando a 10 por mês, e condicionou a concessão de diárias exceden-

tes à autorização do próprio governador. Só que o Diário Oficial traz muitas exceções. A conclusão a que fatalmente se chega é que o governador passa um bom pedaço de seu tempo autorizando viagens ou que suas ordens não estão sendo rigorosamente cumpridas.

A oposição tem cumprido a sua parte. Alertou o governo em 2003. Agora, precisa continuar atenta. Vigilante. Porque, nos três primeiros meses deste ano, a arrecadação (Receita Líquida Disponível) somou 1 bilhão e 138 milhões de reais, mas no mesmo período os empenhos totalizaram 1 bilhão e 434 milhões de reais, gerando um déficit de 296 milhões de reais. E não adianta culpar a Lei Kandir, que desonerou as exportações, pois seus efeitos nas contas públicas vêm desde 1996. Enquanto a dotação orçamentária para pagamento de pessoal foi subestimada em duas folhas e meia, a dotação para a publicidade praticamente foi triplicada. Nesta semana, o governo comemorou o repasse de 2,54 milhões de reais para as bolsas de estudos do Artigo 170, mas já despendeu 4,66 milhões com propaganda. Pelo que mostram janeiro, fevereiro e março, o desequilíbrio vai continuar em 2004.

Deputado Antônio Carlos Vieira (PP)

Lei inibe desmanche clandestino

As estatísticas apontam que são numerosas as ocorrências diárias de roubos de veículos para o desmanche e consequente colocação destes ou das peças no mercado.

As artimanhas dos marginais nesse tipo de delito são as mais especializadas. Há troca e alteração do chassi do carro, clonagem de veículos, maracutaia com os donos de oficinas e de ferros-velhos, esquemas para tornar os documentos "quentes", entre outros. Há casos envolvendo seguradoras de automóveis e revendedoras de carros usados, contribuindo para o crescimento de um mercado ilegal, baseado na corrupção, malandragem e dinheiro sujo. Sendo o parlamentar o representante da sociedade, atento às questões socioeconômicas, se faz necessário elaborar projetos para coibir esse tipo de ação criminosa. É certo que a situação não se extinguirá, mas poderá ser amenizada com a criação de mecanismos que dificultem o processo dessas trapaças. Foi com esse objetivo que o Projeto de Lei, de minha autoria, que estabelece normas de controle para as empresas que exercem atividades de desmanche de veículos, foi elaborado no ano de 2001.

Depois de tramitar durante três anos e so-

frer diversas alterações, foi aprovado e transformado na Lei nº 12.919, em vigor desde 23 de janeiro deste ano. A referida lei vem como um apoio para os que desejam trabalhar de forma honesta e, principalmente, proporcionar mais segurança à sociedade. Entre os critérios previstos, as empresas que exercem atividades nesse setor precisam ter registro concedido pela Secretaria de Estado da Fazenda e pelo Detran (Departamento Estadual de Trânsito) e deverão afixar, por etiqueta, o número do registro especial nas embalagens ou nas próprias mercadorias comercializadas. Além disso, terão a obrigação de enviar mensalmente um relatório contendo informações de todo o processo e venda das mercadorias provenientes de desmanche de veículos.

Porém, não basta apenas a lei. O maior desafio é o seu cumprimento, de forma ostensiva, e que não seja mais uma entre tantas relegadas ao esquecimento. A inspeção cotidiana dos órgãos competentes, a eficácia da execução da lei e a conscientização da população em denunciar os casos ilegais possibilitarão tornar Santa Catarina um exemplo para todo o país.

Deputado Francisco de Assis Nunes (PT)

Jovens do PAB recebem certificados

Os 21 jovens, entre 16 e 24 anos, selecionados em 11 comunidades carentes de Florianópolis pelo PAB (Programa Antonieta de Barros), para atuar na Assembléia Legislativa como estagiários, receberam os certificados dos cursos preparatórios, em solenidade realizada no dia 26, às 17 horas, no Plenário Osni Régis.

Para participar do Programa, que segundo o presidente da Escola do Legislativo, deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), poderá ser modelo nacional, os estagiários, além de conhecerem os setores da Alesc, participaram dos cursos de Introdução à Informática, Preparatório de Estagiário do

PAB, Ética e Postura Profissional, todos ministrados por servidores da Casa. O curso de Introdução ao Mundo dos Negócios foi orientado pela Junior Achievement, uma organização sem fins lucrativos que atua na educação para o sistema da livre iniciativa. O PAB, lançado oficialmente em novembro de 2003, dá oportunidade aos filhos de famílias cuja renda familiar não ultrapassa 2,5 salários mínimos, estudantes de escolas públicas e integram grupos socialmente excluídos (negros, portadores de necessidades especiais e moradores de periferia). O estágio tem duração de um ano, prorrogável por mais um. (MAG)



Na foto, uma das atividades (teste de glicose e pressão) promovidas pelo Sindalesc, com apoio da Divisão da Saúde, da Afipollesc e Presidência da Casa, durante todo o dia 28 de abril, em comemoração ao 1º do Maio, Dia do Trabalhador.

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

■ Pergunte ao deputado ■

perguntaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário:

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Proj. Antonieta de Barros: Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Daniel Ramos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

CE deve sofrer adequações

(foto Jonas Lemos Campos)



Deputados Padre Pedro (PT) e Antônio Ceron (PFL), Ribas Júnior e o presidente da Alesc

Representantes do TCE (Tribunal de Contas do Estado), OAB/SC (Ordem dos Advogados do Brasil), PGE (Procuradoria Geral do Estado), além da Consultoria Parlamentar, Assessoria Parlamentar e Procuradoria Jurídica do Legislativo, reuniram-se com o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), na manhã de quarta-feira (28), no gabinete da Presidência para discutir adequações na Constituição do Estado. Morastoni e os membros da Mesa receberam cópias dos estudos elaborados pelo Tribunal e Assembléia para adequação da Constituição Estadual às emendas que alteraram a Constituição Federal.

de alteração até a emenda nº 40 da CF e o próximo passo é a discussão das ADINs - Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Segundo Ribas Júnior, a CE precisa ser muito coerente, cumprindo sua função pedagógica e política. "A revisão das emendas é uma decisão complexa que cabe aos deputados, mas ressaltamos que é necessária a luta pelo fortalecimento da unidade federada", salientou.

Conforme o procurador do Estado, Juliano Dossena, a PGE vai fazer um acompanhamento e assessoria preventivos, para que não haja problemas futuros com ações judiciais. Morastoni destacou que a Alesc está cumprindo seu papel de legislar e fiscalizar e anunciou que os relatórios serão analisados em uma semana. "Em seguida, reuniremos os líderes dos partidos para prosseguir com a tramitação do Projeto de Emenda Constitucional." (RMPP)

Em meados do ano passado, foi constituído um grupo de trabalho através de sugestão do presidente do TCE, Salomão Ribas Júnior, para realizar os estudos. Esse grupo elaborou proposta

Exposições e lançamentos na AL

(foto Solon Soares)



A poetisa Nini encantou os presentes com seus versos leves e românticos

Desde o dia 26, as obras da artista plástica e poetisa Nini estão em exposição na Galeria de Arte Meyer Filho. Nini é uma expressiva figura que promove o município de São José, na Grande Florianópolis. Ela recebeu o título de Embaixatriz da Cultura da cidade.

Como poetisa, Nini marca presença com seus versos leves e românticos, cheios de vida e inspiração, coloridos e primaveris, mostrando a juventude de uma vida, inspiração, carinho e amores ardentes. Suas pinturas, a maioria óleo sobre tela, já foram mostradas em mais de 200 exposições individuais e coletivas em Santa Catarina e outros estados e também no exterior. Quem quiser conhecer os trabalhos da artista tem até o dia 3 de maio, no horário comercial.

Livro - No dia 27, a escritora e poetisa da Academia Catarinense de Letras, Leatrice Moellmann fez o lançamento de seu livro de contos *Harpia, a bruxa*. O evento contou com a participação de um grupo de alunos do Projeto Orquestra Sinfônica das Comunidades, da Prefeitura de Florianópolis, coordenado por André Calibrina. No repertório, músicas clássicas, popular e jazz. A obra conta a história de Harpia, uma bruxa alada que conduz o leitor aos quatro cantos do mundo, onde ela se depara com interessantes e insólitos acontecimentos.

São 15 contos que reproduzem viagens feitas pela autora.

Profissões - Até o dia 3 de maio, das 9h às 19h, o público pode conferir, na Galeria de Arte Meyer Filho, da Alesc, a exposição de fotos *Memória das Profissões em Santa Catarina*, da professora Bernardete Wrublewski Aued. Esta exposição reedita parte de uma outra, sobre o mesmo tema, feita na década de 70 pelo fotógrafo Waldemar Anacleto. A mostra é um resgate histórico da memória das profissões em Santa Catarina e ao mesmo tempo faz menção honrosa ao autor desse trabalho.

Passados mais de 40 anos da realização da primeira exposição, parte do que restou, depois de um acidente envol-

vendo um caminhão que transportava os painéis e de um incêndio, serviu de ponto de partida para essa proposta de resgate da memória profissional. A fotografia de Anacleto foi utilizada para localizar algumas profissões antigas.

Os textos, depoimentos e fotos são decorrência de uma extensa pesquisa. Esses resultados fazem parte de uma série de entrevistas que contêm mais de 90 depoimentos e 1.200 fotografias, produzidas pela equipe de pesquisadores e alunos da UFSC. (TK)

Campanha motiva voto aos 16 anos

Neste ano de 2004 serão escolhidos pelo voto direto vereadores, prefeitos e vice-prefeitos. Irão às urnas, obrigatoriamente, todos os brasileiros maiores de 18 anos, e jovens de 16 anos que desejarem exercer esse direito, conquistado em 1988. Campanha da UJS (União da Juventude Socialista), denominada "Se liga 16", com o apoio do TRE (Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina), Assembléia Legislativa, UNE (União Nacional dos Estudantes) e UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) está nas escolas de todo o país para esclarecer dúvidas e motivar os jovens a fazerem seu título de eleitor.

Segundo Vinícius Puhl, presidente da UJS, a idéia surgiu em 1988, na Constituinte, para assegurar o voto aos 16 anos. Na época, muitos jovens queriam exercer o poder de democracia e não podiam. No início da campanha, em 1989, três milhões de jovens brasileiros fizeram seus títulos, mas ano após ano o número de títulos "jovens" foi caindo. Então, a campanha foi intensificada. "Agora estamos recebendo apoio da televisão, a panfletagem é maior e inclusive chegamos a levar alguns jovens até o cartório", informou Ticiania Alvares, presidente municipal da UJS. Em Florianópolis, cerca de 50% das escolas já foram visitadas pela UJS e a

outra parte recebeu material informativo. Todo o material impresso foi fornecido pelo Legislativo catarinense.

Os alunos da E.E.B. Lauro Müller, Olivia Mara Littig, 17 anos, e Fabrício de Oliveira Gonçalves, 16 anos, já têm seus títulos. "Se eu posso ter a chance de opinar, então vou exercer meu voto", resumiu Olivia. Para fazer o título de eleitor é muito simples. O jovem com 16 anos, ou que completará 16 anos até o dia 3 de outubro, deve levar sua carteira de identidade ou certidão de nascimento ao cartório eleitoral de sua cidade, até o dia 5 de maio. O título é gratuito e entregue na hora. (GMP)

Deputados querem explicações sobre demissões

Carlos Agne

Convocar o presidente Walmor de Lucca e a diretoria da Casan, juntamente com o Sindicato dos Engenheiros e o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto para esclarecer as denúncias feitas pelos trabalhadores sobre as demissões anunciadas pela direção da empresa. O encaminhamento foi dado durante a audiência pública realizada no dia 27 pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, presidida pelo deputado Genésio Goulart (PMDB).

A proposição da audiência foi de autoria do deputado Celestino Secco (PP), que também sugeriu a convocação de Walmor de Lucca, depois de ouvir inúmeras denúncias de irregularidades através dos sindicalistas Carlos Bastos Abraham e Jucélio Paladini. Segundo eles, depois que o presidente da empresa anunciou as demissões para diminuir as despesas da estatal, os cerca de 300 trabalhadores estão vivendo sob um clima de pânico, delação e terrorismo. Os sindi-

calistas afirmaram que de Lucca determinou aos gerentes de área a indicação de servidores para demissão, sem definir critérios.

“Não tivemos outra alternativa senão recorrer a esta Casa para tentar reverter esse quadro. A alegação é de que essas demissões reduziram as despesas. Enquanto isso, uma série de irregularidades como diárias, pinturas da nova logomarca, convênios com a Fecam e outros gastos vêm sendo feitos. O que eles querem é municipalizar a água e depois privatizar e assim, esfacular com o patrimônio da empresa”, denunciaram os sindicalistas.

Diárias - Diante das denúncias, Secco solicitou que a empresa encaminhe a documentação que comprovam irregularidades mas que, na audiência pública, ainda com data a ser marcada, conte com a presença do presidente da estatal. Também o advogado do Sintae, Prudente José Mello, esclareceu aos membros da Comissão de que existe um acordo coletivo assinado em dezembro de 1999 que inibe qualquer de-

missão de servidores sem que esteja ligada aos critérios estabelecidos naquele documento. “Vão demitir os servidores e eles entrarão na Justiça e será mais uma leva de processos trabalhistas. Será o fim da Casan”, disparou Mello.

Joares Ponticelli foi mais além e pediu para que seja solicitado, além da documentação anterior, o relatório do custo total da alteração da logomarca da Casan e da última locação de 50 veículos feita pelo presidente, questionando o processo licitatório.

“Também quero que anexem o contrato social da empresa locadora. Temos que acabar com essa farra de diárias e de gastos. Em novembro, com seus 20 dias úteis, o presidente recebeu 23 dias de trabalho com diárias, num total de mais de R\$ 18 mil, conforme o Diário Oficial de 8 de janeiro”, revelou o parlamentar.

Participaram ainda da audiência os deputados Reno Caramori (PP), Afrânio Boppré (PT) e Jorginho Mello (PSDB).



Sindicalistas fizeram denúncias graves à Comissão de Trabalho

Comissão especial

Depois de ouvir na sessão plenária da tarde do dia 27, terça-feira, o presidente do Sintae (Sindicato dos Trabalhadores de Água e Esgoto de Santa Catarina), Rogério Jucélio Paladini, o presidente da Alesc, deputado Volnei Morastoni (PT), afirmou que, juntamente com os líderes dos partidos, será discutida a constituição de uma comissão para buscar soluções para o caso. Paladini entregou ainda ao presidente e aos parlamentares um projeto de reestruturação da

empresa elaborado pelos servidores.

Em 15 minutos, Paladini fez um breve relato da situação dos trabalhadores da estatal, pedindo o afastamento do presidente Walmor de Lucca. Ele explicou que 89,7% do quadro efetivo da empresa recebem até R\$ 4.988. Quanto ao pagamento de horas extras, o sindicalista argumentou que o quadro de empregados está muito enxuto, provocando uma sobrecarga de trabalho, principalmente no interior do Estado. (TK/GMP)

Udesc

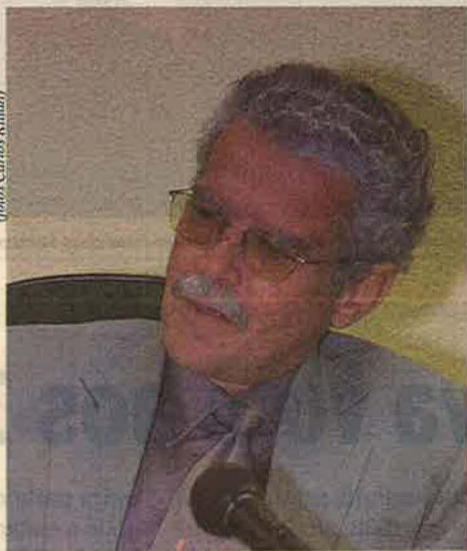
Concursos públicos são alvo da investigação

Denise Arruda Bortolon

As fraudes em concursos públicos realizados pela Udesc foram amplamente discutidas na 19ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Udesc, que tem como presidente o deputado Paulo Eccel (PT).

Na reunião da tarde do dia 26, segunda-feira, o primeiro depoimento foi de Otto Bernardo Scheidt Hoeller, que respondia pela Coordenadoria de Administração de Pessoal da instituição. Ele começou a trabalhar na universidade em julho de 1985 e passou por vários cargos. Sua exoneração aconteceu no início de abril, mas ele ainda não havia sido lotado em nenhum cargo. “Nosso setor era responsável pela elaboração e publicação dos editais do concurso, informação dos requisitos e homologação”, frisou.

Eccel questionou os 10 editais publicados de 2000 a 2002 para a lotação de professores colaboradores e tutores de caráter



Otto Bernardo Scheidt Hoeller

temporário. ele informou que 677 professores estavam contratados como temporários pelo período de dois anos, com direito a prorrogação por mais dois. Hoeller salientou que o concurso de Ensino a Distância tinha 100% dos funcionários lotados como temporários ou colaboradores e que o número de efetivos estava reduzido a cinco ou seis.

Rede Acafe

Questionado pelo deputado Celestino Secco (PP) a respeito dos concursos realizados pela Acafe, Hoeller respondeu que os aconteceram depois de uma denúncia de fraude nos concursos realizados pela própria Udesc. “Nós ficamos sabendo que uma pessoa, que conheço apenas pelo nome de Alida, aprovada em primeiro lugar, tinha um vínculo muito forte

com a diretora da Comissão Permanente do Vestibular, responsável pela elaboração dos concursos, Rosângela de Souza Machado”.

Outro ponto focado por Hoeller foi o de enriquecimento ilícito de pessoas que exerceram vários trabalhos relacionados à prova do vestibular. “Geralmente, cada pessoa ficava com uma



Márcio Mestzner

função, justamente para dar oportunidades para mais pessoas. Temos vários passos, como elaborar, fiscalizar e corrigir, mas algumas pessoas participaram de mais de uma função. Bill Campos Filho recebeu R\$ 5 mil para corrigir uma prova”, denunciou.

O segundo depoente, Márcio Mestzner, engenheiro civil,

com pós-graduação em engenharia de produção, funcionário da Udesc desde 1994, exerce a função de contador do Centro de Joinville, desde o início deste mês, explicou que passou no concurso que tinha como pré-requisito tempo de serviço e pós-graduação. “O que nós fazemos em Joinville são os balanços e balancetes, que vão para Florianópolis, para o contador da Central de lá assinar, e agora eu também passarei a assinar”.

O relator-adjunto, deputado Djalma Berger (PSDB), questionou sobre a esposa de Mestzner, também aprovada no concurso. “Minha esposa é analista de sistemas, formada em computação, está na Udesc há uma semana e foi aprovada em primeiro lugar. Para mim, essa investigação é muito importante porque fui acusado de uma coisa que não cometi”, respondeu o engenheiro.

Visita ao Educandário São Lucas

(foto Solon Soares)

A presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, deputada Odete de Jesus (PL), visitou o Educandário São Lucas, em São José, na manhã do dia 28. Os demais membros da Comissão não puderam estar presentes, pois já haviam assumido outros compromissos.

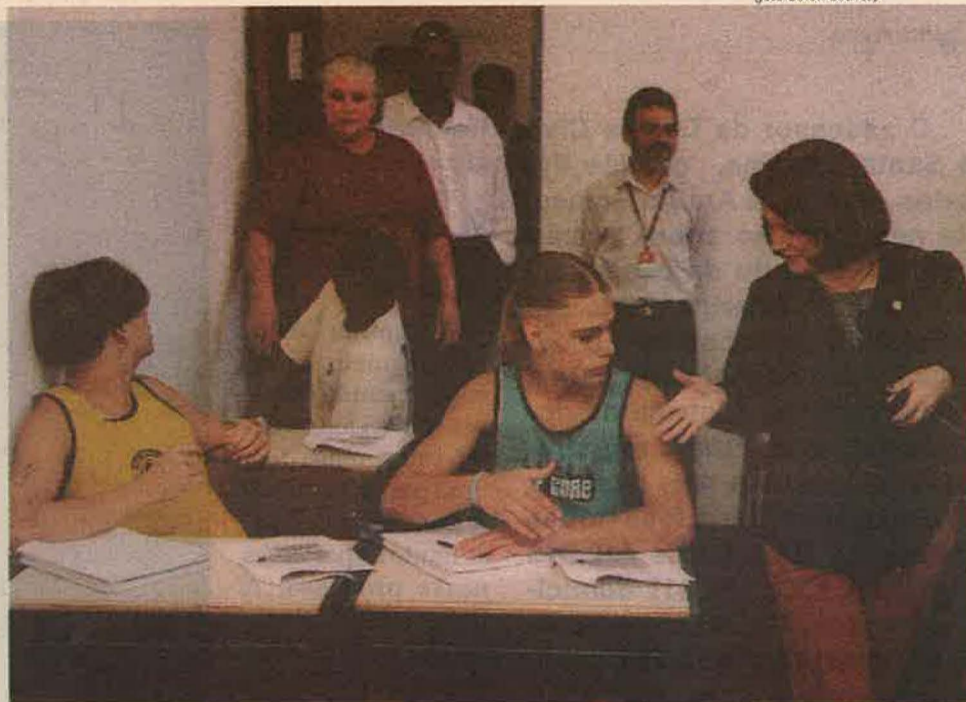
A gerente do educandário, Marina Paixão, mostrou à deputada todo o complexo e as atividades desenvolvidas pelos 64 internos. Desses, 44 estão no educandário, 12 estão no Centro de Internamento Provisório (CIP) e oito são mulheres. O Centro abriga menores infratores e tem como grande

maioria adolescentes que praticaram furto qualificado, tráfico e uso de drogas e homicídio. Segundo Marina, é muito complicado fazer um trabalho voltado para recuperação dos usuários de droga. "Não temos muito o que fazer, até porque é muito difícil. Não adianta trocar a droga ilícita pela lícita, porque quando eles saírem e não tiverem condições para comprar a lícita eles vão dar um jeito de comprar a ilícita".

Odete conheceu todos os ambientes do Centro e se comprometeu a fazer o possível para que o educandário continue realizando seus trabalhos e melhorando a condições para os internos. "A nossa

Comissão vai continuar batendo e denunciando as irregularidades que estão acontecendo. Também tentaremos resolver as principais necessidades e as prioridades apontadas pela Marina. Ela nos falou que estão precisando de tintas e nós tentaremos conseguir".

Desde agosto do ano passado, os internos praticam diversas atividades como a fabricação de tijolos - utilizados na reforma que eles mesmo estão fazendo no prédio - e móveis em miniatura, que são vendidos em feiras e para empresas. Eles fazem sua própria comida, cultivam uma horta, praticam esportes e têm aula de música uma vez por semana. (DAB)



Deputada Odete de Jesus durante a visita ao Educandário

CCJ aprova alterações em Prêmio

O Projeto de Lei nº 446/03, de autoria do deputado João Paulo Kleinübing (PFL), que modifica o Prêmio Mérito Universitário Catarinense, instituído pela Lei nº 9.480, de 1994, foi aprovado por unanimidade na manhã do dia 27, na reunião da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida pelo deputado Julio Garcia (PFL). A proposta estabelece como premiação a concessão de bolsa de iniciação científica, pessoal e intransferível, com duração de um ano e valor de R\$ 250,00 reais mensais, atualizados de acordo com os vencimentos do servidor público estadual.

A aprovação foi antecedida de audiência pública com a presença do ex-reitor da UFSC e atual presidente da Funditec (Fundação Catarinense de Ciência e Tecnologia), Diomário Queiroz. Ele destacou que o projeto torna ainda melhor

o Prêmio, instituído pelo ex-governador, falecido em 1998, Wilson Kleinübing.

O objetivo, conforme o parlamentar, é proporcionar a expansão do financiamento para pesquisa. Ele acredita que a medida estimulará o crescimento econômico com base na evolução científico-tecnológica, a exemplo do setor agropecuário que produz excelentes resultados a partir de investimentos nesta área. "Hoje as experiências são pessoais com a premiação em viagens. Com essa alteração, os alunos passam a receber recursos para desenvolver seus projetos de pesquisa ou, ainda, irá se criar novos pesquisadores no meio universitário."

A aprovação do projeto mereceu manifestações favoráveis do relator, deputado Celestino Secco (PP), e da deputada Odete de Jesus (PL), que, como educadora, disse apoiar todos os incentivos à educação. (SD)

Sustação de decreto do Executivo

O pedido de sustação de decreto do Executivo, que determina que as operações de consignação de empréstimos em folha de pagamento aos servidores públicos somente podem ser realizadas por bancos públicos recebeu, na Comissão de Constituição e Justiça, voto de vista do deputado Pedro Baldissera - Padre Pedro (PT), pelo arquivamento da solicitação formulada pela bancada do PP. Conforme avaliou, o pedido de sustação deve ser evitado por ser uma ingerência no Executivo. "Não houve abuso do poder

regulamentador por parte do governo, o que seria requisito para a sustação. Se eventualmente for inconstitucional, o caminho seria uma ação judicial", comentou Baldissera.

O líder do PP e membro da CCJ, deputado Joares Ponticelli, tornou a afirmar que o dispositivo é um instrumento legal e que invasão de competência é o que faz o decreto do Executivo. "Como o governo pode dizer ao servidor que ele só pode fazer o empréstimo naquele banco, quan-

do há um leque de instituições financeiras privadas que oferecem taxas muito menores? O governo está ingerindo diretamente na conta do servidor", assinalou.

Ponticelli ainda alertou que, além de dificultar a vida do servidor, o decreto não está atingindo o propósito de proteger o BESC, pois o texto diz que "qualquer" banco público poderá financiar o servidor. "Em 60 dias, o Banri sul então será o maior financiador do servidor catarinense, porque o decreto deixa essa brecha", concluiu. (SD)

(foto Alberto Neves)



Anita Pires, na reunião da Finanças, garantiu a participação dos Conselhos

Executivo nas audiências do OR

Com a presença da secretária-adjunta da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Anita Pires, ficou definida a participação do Executivo, através dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, nas audiências públicas promovidas pelo Legislativo, através da Coordenadoria do Orçamento, que vão apontar as prioridades para o Orçamento de 2005. Os encontros acontecerão nos municípios sedes das 29 secretarias regionais. A Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado João Paulo

Kleinübing (PFL), já havia definido um calendário que poderá ser alterado de acordo com questões locais de infra-estrutura.

Os parlamentares querem a definição de valores pelo Executivo para as obras eleitas pela sociedade. "Não podemos criar expectativa ilusória se o Executivo não tem capacidade de investimento. Gostaria que houvesse uma posição do que será disponibilizado para essas prioridades", cobrou o deputado Antônio Carlos Vieira

- Vieirão (PP). "Sou insistente com relação ao valor, senão não teremos crédito para retornar às regiões", afirmou o deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB).

Outra preocupação é o uso político das audiências. "Em 10 de junho, começam as convenções municipais e estaríamos enganando a todos se não levássemos em conta que este é um ano eleitoral. Temos que estar atentos para que as audiências não se tornem palanque", alertou Kleinübing. (SD)

A Defesa Civil e o Catarina

Carlos Agne

O assessor da Defesa Civil de Santa Catarina, capitão PM Carlos Alberto de Araújo Gomes, fala nesta edição sobre a ação do órgão quando da passagem do furacão "Catarina" pelo sul do Estado e os trabalhos que começam a ser desenhados para a prevenção e/ou controle de novos fenômenos. Foram registradas três mortes e seis pessoas continuam desaparecidas (todas naufragas). Do total de 412.815 habitantes e de 156.611 domicílio atingidos, 27.560 pessoas ficaram desalojadas, 2.589 desabrigadas, 3.016 deslocadas e 518 feridas. O balanço registra que 35.873 residências foram danificadas e 993 destruídas, 2.274 casas comerciais danificadas e 472 destruídas, 397 prédios públicos danificados e 3 destruídos. Foram atingidos drasticamente os serviços essenciais como água, energia, transporte e comunicação e a agropecuária arcou com sérios danos.

AL Notícias - Quando a Defesa Civil foi informada que um ciclone ou furacão estava para entrar em Santa Catarina?

Capitão Carlos - Nós vínhamos acompanhando a formação de um sistema anormal, pelos sistemas meteorológicos há mais de 72 horas. A confirmação de que teria uma densidade grave e que atingiria a costa de Santa Catarina ocorreu somente 24 horas antes, no final da tarde anterior ao momento em que atingiu o Estado.

AL Notícias - Quais as primeiras providências tomadas pela Defesa Civil e governo estadual?

Capitão Carlos - A primeira delas foi informar a população porque boa parte dela pode tomar medidas de autoproteção, como sair das áreas críticas, não transitar desnecessariamente pelas ruas e assim por diante. Foi deslocado efetivo adicional dos bombeiros, policiais, médicos, viaturas e ambulâncias visando a ter, logo após o evento, uma capacidade imediata de socorro em resposta.

AL Notícias - Cerca de 24 horas

antes da chegada do fenômeno, a mídia de todo o país e os institutos meteorológicos oficiais afastavam a hipótese de SC ser atingida. Como foi tratada essa situação?

Capitão Carlos - Em primeiro lugar, é interessante destacar que a Defesa Civil catarinense tem uma parceria estreita com duas agências muito importantes nesse processo. A Universidade Federal de Santa Catarina tem um grupo de pesquisas em desastres naturais, subsidiado por nós, que vinha acompanhando este e outros fenômenos ligados a desastres naturais, dando uma sustentação científica ao nosso processo de decisão. A outra é o Climerh, da Epagri. A decisão de apoiar os modelos e os órgãos locais, confiando na sua capacidade técnica, na sua experiência e no histórico de serviços prestados foi fundamental e fez com que a gente contrapusesse algumas linhas veiculadas nacionalmente, adotando a posição que nos parecia mais adequada, principalmente porque era a mais prudente.

AL Notícias - O que está ou será feito para a prevenção de novos fenômenos?

Capitão Carlos - Quando a gente trabalha com esse tipo de fenômeno natural de grande porte, de grande magnitude e que tem essa evolução súbita, ou seja, de uma hora para outra ele aparece e numa questão de dois, três ou cinco dias ele tem o seu efeito, nós temos duas ações separadas. Uma que diz respeito ao evento em si. Aí conta a capacidade de detectar e monitorar e, ao perceber uma situação crítica se

desenhando, alertar a população. Essa é uma vertente. Porém, nós temos poucas influências sobre o evento em si quando é um desastre natural. A gente não consegue fazer chover menos ou o vento ser mais fraco. Para reduzir os danos e prejuízos nesses casos, trabalhamos no sentido de reduzir o que nós



(foto Carlos Kilian)

Neste ano, no sistema de comando e operações, que foi decisivo para o sucesso da resposta ao "Catarina", mais 1.500 pessoas estão sendo treinadas.

chamamos de vulnerabilidade da população, para minimizar estragos e evitar que as pessoas se machuquem. O fato de contarmos com a possibilidade de um evento desses já é uma redução, pois o tempo de reação, com certeza, numa nova ocasião, será menor. O treinamento das pessoas da área de emergência é outra questão fundamental. A Defesa Civil já vem investindo nisso há algum tempo. No ano passado, só num curso relacionado à avaliação de riscos e noções de defesa civil foram treinadas 1.500 pessoas a distância. Neste ano, no sistema de comando e operações, que foi decisivo para o sucesso da resposta ao "Catarina", mais 1.500 pessoas estão sendo treinadas.

AL Notícias - Como a Defesa Civil de Santa Catarina avalia o comportamento da população para enfrentar o fenômeno, depois de ter sido alertada

?

Capitão Carlos - A avaliação inicial é que os prejuízos e, principalmente, as mortes e pessoas feridas seriam de uma magnitude maior. Foram muito grandes, há muita tragédias pessoais e comunitárias, mas imaginávamos um quadro pior. Houve sintonia entre Defesa Civil estadual, órgãos de respostas estadual, Defesa Civil local (onde ela operou) e órgãos de respostas local e a comunidade. Isso influenciou para que o resultado não fosse tão ruim. E tem a característica

do povo catarinense, que é um povo acostumado a superar dificuldades e a enfrentar esse tipo de desafios e outros tão grandes ou maiores sempre com a cabeça erguida. Não com o sentimento de fatalismo, mas com uma pronta resposta visando a reduzir os danos e recomeçar logo após, com toda a força e pujança que caracteriza nosso Estado.

AL Notícias - Qual a participação da Defesa Civil no processo de reconstrução?

Capitão Carlos - Esse é um processo integrado e nós queremos crer que, nesse momento, a solidariedade deve superar qualquer tipo de vilania ou sentimento vil, evitando desvios de doações, por exemplo. Acreditamos que os levantamentos que estão sendo feitos são bastante precisos e que vão

ser capazes de direcionar corretamente todos os esforços de reconstrução que estão sendo empreendidos e que não serão poucos. É um dos grandes desafios para o próximo ano a reconstrução das comunidades atingidas. Quando trabalhamos com as consequências de um desastre, há algumas que perdu-

ram depois que as casas foram reconstruídas, os telhados recolocados e os postes levantados, como na economia local, na geração de empregos e até mesmo sobre a condição psicológica da comunidade, que passa a conviver com o sentimento de medo e incerteza que precisa ser superado.

Há muitas tragédias pessoais e comunitárias, mas achávamos que seria pior

Cherem se despede do Legislativo

Em sua despedida do parlamento catarinense, na tarde de quarta-feira (28), o deputado Dado Cherem (PSDB), que tomou posse no dia seguinte no cargo de secretário estadual da Saúde, disse já estar saudoso de seus colegas, mas muito realizado por ter participado dos trabalhos da Casa durante os últimos 15 meses.

“Este foi um momento de muito aprendizado, o parlamento foi uma escola para mim. A bancada de oposição sempre foi muito respeitosa e a bancada de situação deu apoio e sustentação, numa convivência muito harmo-

osa.” Em relação à nova missão, Dado esclareceu que seu maior objetivo será prevenir doenças. O foco principal de atuação será a obesidade infantil e a gravidez na adolescência. “Pelo menos 25% das mulheres grávidas têm entre 10 e 19 anos”, justifica. Pretende ainda implementar serviço de especialidade odontológico pelo SUS, projeto que deve ser viabilizado através de parcerias com municípios e universidades. Natural de Brusque, mas com domicílio eleitoral em Balneário Camboriú, Dado Cherem deixa ainda a vice-liderança do governo na Assembleia Legislativa. (DAB)

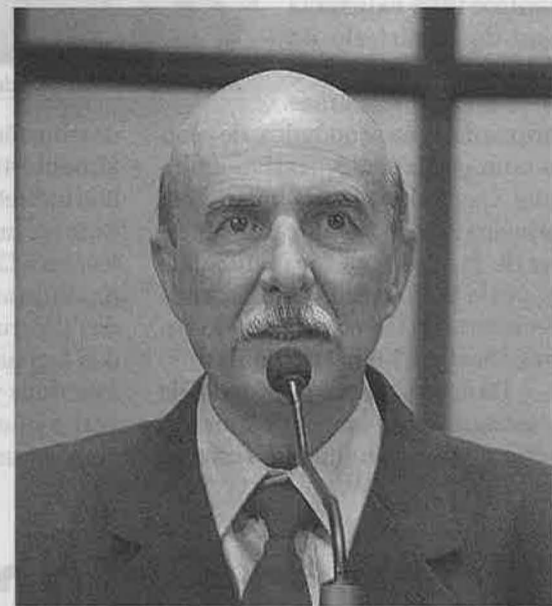


Deputado Dado Cherem

Küster assume vaga

Com referências elogiosas dos demais parlamentares e líderes de bancada à sua trajetória política, o deputado Francisco de Assis Küster (PSDB) tomou posse na manhã de quinta-feira (29) na vaga deixada pelo deputado Luiz Eduardo Cherem (PSDB).

Küster retorna com a disposição de continuar a luta pela conclusão das obras da BR-282, no trecho de Lages a Campos Novos. Ele destacou ainda a intenção de resgatar o passivo social com uma atuação parlamentar junto aos movimentos populares. “Nesta área, vou organizar uma lista de prioridades junto à comunidade”, destacou. O deputado ficou emocionado com as saudações muito respeitosas dos colegas parlamentares, o que, segundo ele, aumenta sua responsabilidade para com as expectativas da região do Planalto Serrano e com os catarinenses. “Serei mais um a trabalhar pela nossa gente, que enfrenta cada vez mais os desafios ocasionados pelas dificuldades econômicas. Vamos desenvolver um bom debate para que venham como conseqüências bons resultados para o povo”. (SD)



Küster retorna ao Legislativo, que já presidiu

Nadal denuncia desvio de recursos

O líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), foi à tribuna na tarde do dia 27 para informar a respeito de um cronograma de devolução de recursos utilizados, segundo ele, de forma irregular pela administração anterior, e que o Tribunal de Contas do Estado está exigindo.

Conforme Nadal, na época, esses recursos deveriam ser destinados ao Ipsc. “O antigo governador – Espe-

ridião Amin (PP) -, refinanciou a parte patronal devida pelo Estado ao Instituto e, apoiado na Medida Provisória 1.900 e na Resolução 32, do Senado, conseguiu seu objetivo”, contou. “Posteriormente, o governo anterior inseriu um pedido de socorro financeiro para o Ipsc e solicitou uma alteração nos termos do contrato celebrado para utilizar os recursos para outros fins, o que não foi deferido pelo poder público fe-

deral”, completou. De acordo com o parlamentar, o ex-governador utilizou-se desses recursos de forma indevida, o que significa desvio de finalidade. “Quero deixar claro que o governo passado usou, na maioria das vezes, a legalidade da conveniência, sendo que a Resolução estabelecia que aqueles recursos deveriam ser aplicados exclusivamente no Ipsc. A legislação foi interpretada de acordo com seus objetivos”, finalizou. (TK)

Agenda

Dia 3, 14 h - Reunião da CPI da Udesc
Local: Sala das Comissões

Dia 3, 15 h - Reunião da CPI da Casan
Local: Sala das Comissões

Dia 4, 10 h - Comissão de Trabalho e Serviço Público - Audiência pública para discutir o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros e o Projeto de Desenvolvimento do Sistema Integrado de Recursos Humanos para a Secretaria Estadual de Administração
Local: Plenarinho

Dia 5, 19 h - Sessão solene em homenagem aos 30 anos da Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais)
Local: Plenário

Dia 6, 14 h - Comissão de Agricultura - Seminário “Políticas de crédito rural em SC”
Local: Câmara Municipal de Concórdia

Dia 7, 9 h - Comissão de Agricultura - Seminário “Políticas de crédito rural em SC”
Local: Câmara Municipal de Fraiburgo

Focinheiras caninas

No pronunciamento que fez durante a sessão plenária de quinta-feira (29), o deputado Onofre Agostini (PFL) falou da necessidade de fazer cumprir a Lei nº 11.096, de 17 de maio de 1999, que trata da obrigatoriedade do uso de focinheira canina em cães de guarda, entre eles os da raça pit bull, que transitam nas vias públicas, como passeios.

O parlamentar alertou para o grande número de casos de crianças e adultos no Estado que são atacados por cães considerados violentos, causando mutilações e até mortes. “Não há neces-

sidade de aprovar lei municipal nesse sentido. É preciso que as autoridades cumpram a lei que já existe em Santa Catarina há cinco anos. Se é lei, temos que cumprir”, declarou o parlamentar.

Lembrou também de outro projeto de sua autoria que foi transformado em lei, o de proibição de trotes nas universidades, e que também não é cumprida. Onofre informou ainda que vai solicitar a fiscalização e a obrigatoriedade do cumprimento da lei pelas autoridades competentes, como Ministério Público e delegacias de polícia. (RMPP)

Projeto disciplina viagens oficiais

De acordo com o Projeto de Lei nº 438/03, de autoria do deputado João Paulo Kleinübing (PFL), aprovado na sessão plenária do dia 27, fica proibido aos membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do Estado e dos municípios catarinenses, bem como aos seus servidores, aceitar passagens e hospedagem para participação em eventos, salvo quando for de interesse do Poder que integrar e este patrocinar o ato ou custear a presença de agente público. Excetua-se desta norma o convite oficial de país que mantenha relações com o Brasil, dirigido a chefe do respectivo Poder e cuja participação seja por este autorizada.

Kleinübing argumentou que a imprensa nacional tem noticiado as viagens de membros

do poder público, em todas as instâncias, custeadas por empresas que, muitas vezes, têm interesse em agradar seus convidados, visando a criar facilidades para seus pleitos. Enfatizou ainda que é da tradição histórica do serviço público, em qualquer nação civilizada e democrática, proibir que os agentes públicos recebam vantagens que possam, ou tenham por objetivo, interferir no seu exercício profissional. Neste sentido, a proposta do parlamentar determina que o descumprimento desta norma implica em sanções previstas na Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Esta lei dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou em fundações. (RV)

Audiências Públicas

Gerenciamento Costeiro

(foto Alberto Neves)

Foi realizada na segunda-feira (26), em Laguna, a terceira audiência pública de um ciclo de cinco para debater a proposta do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PL n°150/2003), de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP). A audiência acabou tendo como principal foco de reivindicações e debates o zoneamento ecológico-econômico que está sendo efetivado pelo governo do Estado. O mapeamento é uma exigência legal do Ministério do Meio Ambiente e destina-se a delimitar áreas



Terceira audiência reuniu dezenas de produtores de camarão em cativeiro e pescadores

para exploração econômica, de acordo com o chamado passivo ambiental. Os produtores de camarão em cativeiro temem a extinção de dezenas de fazendas se for efetivada a proposta já elaborada pela Seduma (Secretaria do Desenvolvimento Urbano, Social e Meio Ambiente).

De acordo com o presidente da Associação Catarinense de Carcinicultura, Marcelo Bongioiolo, a criação

de camarão em cativeiro gera atualmente 400 empregos diretos e 600 indiretos, envolvendo 74 produtores nos municípios que integram o Complexo Lagunar, produzindo anualmente 3,6 toneladas do crustáceo. "Os efluentes das lagoas são liberados para o mar duas vezes por ano - no inverno não fazemos o cultivo -, com reduzidos índices de eflu-

entes perniciosos", disse. Conduzindo a Seduma há menos de três semanas, o deputado Sérgio Godinho (PTB) ponderou - juntamente com os técnicos responsáveis pelos estudos - que ainda há muito o que discutir sobre o assunto. "É apenas um pré-projeto. Haverá muito debate com a sociedade e com os técnicos até definirmos isso", afirmou o secretário.

Normatização

Para o deputado Ponticelli, o governo está se antecipando ao Plano de Gerenciamento Costeiro, que deve transformar-se em lei até o final deste ano. "Algumas ações são necessárias e é antecedente a antecipação da administração estadual em alguns aspectos, principalmente a participação efetiva no debate deste projeto. Mas temo que tenham de fazer ajustes e adaptações depois que tivermos a lei", alertou. A falta do plano tem provocado prejuízos e embates judiciais, patrocinados pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal e ONGs (Organizações Não-governamentais).

Com o Plano Estadual - que já está atrasado 16 anos em relação ao Plano Nacional -, as atividades econômicas, de ocupação e preservação de áreas passam a ter normatizações específicas. Mas o trabalho é contínuo e exige envolvimento da sociedade, com a instalação de

conselhos municipais de gerenciamento costeiro, ou similares. Trinta e seis municípios estão na faixa litorânea catarinense, com uma densidade populacional média de 207 habitantes por quilômetro quadrado, totalizando 2 milhões de habitantes. A audiência foi conduzida pelo presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, deputado Reno Caramori (PP). Cerca de 100 pessoas, entre produtores de camarão, pescadores, representantes de ONGs - como a Rasgamar -, técnicos da Seduma, da UFSC, da Unisul, da prefeitura, da Secretaria Regional de Laguna, além do prefeito Adílzio Cadornin e representantes da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) participaram do debate realizado no Clube Congresso Lagunense durante quatro horas. Os Ministérios Públicos foram a ausência mais reclamada da noite. (MMV)

Doenças e acidentes do trabalho

Com o apoio da Assembléia Legislativa, o Movimento Catarinense em Defesa da Saúde e Segurança da Classe Trabalhadora, promoveu na manhã de quarta-feira (28) - Dia Internacional em Memória das Vítimas dos Acidentes e Doenças no Trabalho - audiência pública em memória das vítimas catarinenses. Além de parlamentares, o evento contou com a presença de trabalhadores, entidades sindicais e sociais. Segundo dados da OMS (Organização Mundial de Saúde), ocorrem 250 milhões de acidentes de trabalho por ano em todo o mundo, provocando a morte de 1,3 milhão de trabalhadores e 190 milhões de casos de doenças.

O Movimento tem como objetivo alertar a sociedade sobre o grande número de pessoas mortas em acidentes no local de trabalho e por doenças ocupacionais como a LER (Lesão por Esforço Repetitivo) e o DORT (Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho). Quer também a realização de campanhas por melhores condições de trabalho. Dados da Organização Panamericana de Saúde mostram que o Brasil gasta, por ano, 2% do PIB (Produto Interno Bruto) com acidentes de trabalho.



Trabalhadores e sindicalistas no momento da execução do Hino Nacional

Palestra - O especialista em segurança no trabalho, Rodolfo Vilela, que proferiu palestra abordando "A teoria da culpa contribuindo para a impunidade na investigação dos acidentes de trabalho". Assinalou que é preciso organizar o processo de trabalho e chamou a atenção para a falta de punição dos responsáveis pelos acidentes. O assessor de saúde da Feti-esc (Federação dos Trabalhadores na Indústria de Santa Catarina), Roberto

Ruiz, disse que no Estado o maior número de problemas está na construção civil, principalmente devido a quedas. "A realidade é que as condições de trabalho é que são inseguras, provocando mortes e mutilações". Outro alerta feito pela Feti-esc é sobre os casos de LER e DORT. "Se não forem tomadas providências, dentro de 20 anos a previdência vai quebrar pelo número de trabalhadores que serão obrigados a abandonar suas funções por problemas de saúde". (RMPP)

Feminização da pobreza

Iniciaram por Santa Catarina, com parceria da Assembléia Legislativa, as cinco audiências regionais programadas pela Comissão Especial Externa da Câmara dos Deputados sobre a feminização da pobreza. No Estado, o encontro foi coordenado pela deputada federal Luci Choinack (PT/SC) e teve a participação de mulheres do Paraná e Rio Grande do Sul.

A intenção é construir, com dados de todas as audiências - as demais acontecem nas regiões Sudeste, Centro-oeste, Norte e Nordeste - um relatório nacional, a partir de duas audiências a serem realizadas em Brasília. Esse trabalho servirá de base para propostas de políticas emergenciais e uma estratégia de inclusão à cidadania e à terra, direitos previdenciários, entre outros. Uma estatística aponta que 70% das pessoas em condição de pobreza no mundo são mulheres. A discussão sobre o assunto teve a participação de especialistas em gênero, Danieli Manfrinni, da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Jussara Reis Prá, do Rio Grande do Sul, e Cácia Carloto, da Universidade Estadual de Londrina-PR. (SD)